Globethics Repository

Globethics

Por uma perspectiva ecoteológica
[Toward an eco-theological perspective]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Kaizer de Oliveira, Willian
Publisher	Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-11-22 16:54:15
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/234873

CC BY NC ND

Por uma perspectiva ecoteológica: a discussão sobre soberania e segurança alimentar

Toward an eco-theological perspective: The discussion on sovereignty and food security

Por Willian Kaizer de Oliveira
Doutorando em Teologia (EST)
Bolsista CAPES
williankaizer72@hotmail.com

Resumo
Considerando a fome, a situação de subnutrição de cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo, esta reflexão se propõe a discutir as ações a respeito do combate à fome e ao fortalecimento da segurança e da soberania alimentar. Os projetos e a tradição de valorização da agricultura de base agroecológica, como é o caso do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) tem contribuído decisivamente tanto para o fortalecimento da soberania e segurança alimentar quanto para a recuperação e ressignificação das formas de cultivos agrícolas tradicionais, da cultura camponesa. Essa reflexão precisa interpelar a teologia a pensar em uma relação mais saudável entre ser humano, agricultor e consumidor, e natureza.

Palavras-chave
Agricultura Familiar. Soberania e Segurança Alimentar. Teologia e Ecologia.

Abstract
Considering the famine, the situation of malnutrition of about 1 billion people worldwide, this discussion aims to discuss the actions regarding the fight against hunger and strengthening security and food sovereignty. The projects and the tradition of valuing agriculture agroecological base, such as the CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) has contributed decisively both to strengthen the sovereignty and food security and for the restoration and reframing of the forms of traditional crops, of peasant culture. This reflection needs to be challenged theology to think of a healthier relationship between humans, between farmers and consumers, and nature.

Keywords
Family Farming. Sovereignty and Food Security. Theology and Alimentation.

Introdução

O tema da alimentação – ou da falta dela: a fome – sempre foi essencial à vida humana, para a sobrevivência do ser humano.[1] Alimentar-se é um ato biológico imprescindível à vida humana, assim como o é ingerir água. Por meio dos alimentos crus, cozidos, assados e dos mais variados sabores e texturas, o ser humano fornece os nutrientes e os elementos necessários para a manutenção e desenvolvimento físico do seu corpo. Em torno da busca por alimentos o ser humano estabeleceu relações diferenciadas com os da mesma espécie e se organizou em grupos para caçar e coletar alimentos, o que posteriormente deu origem ao conjunto de grupos humanos organizados, que poderíamos chamar sociedade. No mesmo percurso de evolução, os seres humanos descobriram que era importante domesticar animais e plantas para produzir seu próprio alimento. Assim nasce a agricultura.[2]

Embora a escassez de alimentos seja sempre uma preocupação vital para os grupos humanos, e para a humanidade como um todo, a sociedade

[1] Texto produzido a partir do *Seminário: Soberania e Segurança Alimentar* - 16, 17 e 18 de novembro de 2010. Auditório Ernesto Schlieper, Prédio S - Faculdades EST – São Leopoldo, RS. Promoção: Consórcio CAPA, COMIN, FLD, EST, IECLB, 2010.

[2] FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 38ss.

dos dias de hoje parece não dar o devido valor ao tema. Boa parte da humanidade continua a sofrer com a fome. Em seu último relatório de 2010, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) afirma que há cerca de 1 bilhão de pessoas que vivem em estado de fome crônica no mundo.[3] Por mais que há quem diga que a causa da fome é o crescimento populacional no planeta, fica difícil sustentar tal posição com o avanço científico na área agrícola nos últimos anos, com o aumento das áreas de plantios e com a quantidade de alimentos que se produz atualmente, que ultrapassa as cifras de dezenas de bilhões de toneladas de grãos ao ano. Isto sugere que as causas da fome e da subnutrição têm outras raízes para além do crescimento no índice de natalidade.

No Brasil o problema da fome foi e é apresentado ao longo das últimas décadas como uma característica marcante da desigualdade social deste país continental. Desigualdade social e fome são dois problemas sociais entrelaçados pela pobreza e pela falta de acesso de muitas pessoas a direitos básicos de sobrevivência; a alimentação de qualidade é um deles. Apesar de ter uma grande produção de grãos, dentre as maiores do mundo, além de ser o maior produtor de carne bovina e um dos maiores produtores de carne suína e de frango do mundo, o Brasil ainda tem milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar. Segundo o PNAD-2004, no Brasil, 34,8% dos domicílios estavam em condições de insegurança alimentar, o que representa uma população de 72 milhões de pessoas. Isso representa 39,8% da população brasileira vivendo em estado de insegurança alimentar leve, moderada ou grave. Há que se dizer que este quadro de insegurança alimentar já foi bem pior. Os programas de combate à fome, o "Fome Zero", do Governo Federal, retiraram da pobreza extrema mais de 13 milhões de pessoas nos últimos oito anos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).[4]

Com estas realidades contrastantes – grande produção de alimentos e situação de insegurança alimentar – pretendemos discutir as causas da insegurança alimentar e as possibilidades de se promover a soberania e a segurança alimentar.

Soberania e segurança alimentar

A ideia de *segurança alimentar* nasce com o período posterior à Segunda Guerra Mundial. A partir da realidade de uma Europa arrasada economicamente pela guerra e com a maioria da população em condições precárias de sobrevivência se estabelece a preocupação com o direito de toda pessoa de ter direito à alimentação digna. Este direito é considerado um direito humano básico, conforme o Art. XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Já *soberania alimentar* é o direito que cada povo, que cada país e estado nacional tem de definir as suas políticas agrícolas a fim de assegurar garantias alimentares para todas as pessoas. É o direito que os países têm de proteger sua produção e sua cultura alimentar para não serem prejudicados pelos demais. A luta por soberania alimentar é, portanto, a luta de um povo para produzir aquilo que deseja comer. Reforça e garante a autonomia dos grupos e populações tradicionais de produzir e comercializar alimentos de acordo com suas tradições culturais e ambientais, além da possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades.[5]

Duas questões importantes são colocadas diante destes direitos humanos específicos: *por que ainda persiste a insegurança alimentar e a fome com tanta produção de alimentos e quais ações e medidas podem ser tomadas para se minimizar este quadro?* Sobre as razões pelas quais a situação da fome e da insegurança alimentar persiste no Brasil podemos apontar algumas questões.

---

3 IFPRI. Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares. *Índice Global del Hambre*. El desafío del hambre: énfasis en la crisis de la subnutrición infantil. Welthungerhilfe, IFPRI e Concern Worldwide: Bonn/Washington D.C./Dublin, Octubre de 2010. Disponível em: <http://www.ifpri.org/node/7132>. Acesso em: 17 dez. 2010.

4 Disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias/programas-sociais-retiraram-14-milhoes-de-pessoas-da-extrema-pobreza-desde-2003>. Acesso em: 10 out. 2010.

5 FERNANDES, Maria Eduarda Quiroga. Soberania e segurança alimentar. *Informativo do PACS* (Políticas Alternativas para o Cone Sul), Rio de Janeiro, n. 20, jan./mar. 2008. p. 1.

A agricultura da Revolução Verde e o "fim da fome"

A preocupação de se combater a fome no mundo no período pós-segunda guerra mundial foi um dos grandes motivadores e justificadores para pesquisas genéticas de um novo modelo de produção agrícola, que seria conhecida como Revolução Verde. Esta, por sua vez, prometia alta produtividade e consequentemente o fim da fome nos países subdesenvolvidos que aceitassem implantar o modelo de produção de alimentos híbridos. Plantas híbridas são o resultado de vários cruzamentos genéticos com plantas da mesma espécie com o intuito de maior produtividade e maior resistência a pragas e variações climáticas. O projeto pareceu ser muito interessante e promissor. Contudo, junto com ele estavam interesses econômicos e políticos.

Para se alcançar bons índices de produtividade é necessário o uso intensivo da irrigação para administrar a escassez de chuvas, a utilização de fertilizantes químicos para a satisfação dos nutrientes e outros elementos importantes para o crescimento rápido e para a alta produtividade das plantas, o uso intensivo de agroquímicos e agrotóxicos para o controle das ervas daninhas e pragas e também a utilização permanente de maquinário de grande porte para o manuseio de grandes plantações em extensas áreas de terra. Este modelo agrícola se baseou e se baseia na homogeneização e na padronização do conjunto de práticas agrícolas, da produção e do comércio de alimentos; dessa forma, só há um modelo de agricultor eficiente. Em boa medida, isto é reflexo da valorização da monocultura.

Com o intuito de modernizar a realidade rural brasileira, conforme o espírito das décadas de 1950 e 1960, em que a industrialização prometia levar o país pelo caminho do progresso até o desenvolvimento dos países de "primeiro mundo", implantou-se a agricultura industrial da Revolução Verde. "A agricultura, considerada, neste contexto, atrasada, deveria se integrar no projeto nacional de modernização e urbanização e se ligar inseparavelmente à indústria (química, em especial), virando fornecedora de matérias-primas, força de trabalho barata e, concomitantemente, mercado consumidor".[6]

Padronização alimentar

Paralelamente e ligado a este processo de destruição ambiental e pauperização das populações camponesas ocorre um fenômeno pouco relacionado à agricultura industrial moderna (Revolução Verde), que é a padronização alimentar. A alimentação das pessoas nas grandes cidades tem passado por um forte processo de padronização. Segundo dados do IBGE, os alimentos mais comprados pelas famílias brasileiras são o arroz e os produtos a base de farinha de trigo (pães, biscoitos, macarrão), carnes, feijão, açúcar, óleos e leite e seus derivados. Esta tendência vem desde os anos 1970 e indica uma paulatina substituição da dieta rica em fibras por uma dieta altamente industrializada (mais gorduras, mais açúcares, mais valor agregado etc.).[7]

Começamos a perceber que o padrão alimentar urbano passa a determinar em grande medida o que se produz no campo. Este padrão, baseado em alimentos de preparo rápido e esteticamente perfeitos (o tomate longa vida, o alface de folhas sem manchas, a maçã reluzente, a banana com a cor amarela homogênea, a cenoura com formato padronizado etc.), altera as demandas da produção agrícola. Exige-se cada vez mais o uso intensivo de agrotóxicos, uso abundante de água, maquinário pesado, exigência excessiva e ininterrupta do solo, predominância de sementes de alta produtividade. Tudo isso afeta a qualidade dos alimentos e gera uma cadeia produtiva que explora abusivamente os recursos naturais e desencadeia desperdícios enormes (transporte para longas distâncias,

6 BRUGGER, Margit. *Globalização e desenvolvimento*: a abordagem agroecológica como uma alternativa para o Terceiro Mundo. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Jurídicas, Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. p. 59s.

7 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002analise/ tab01d.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2010. Esses dados são do último levantamento do IBGE de 2002 e 2003. O IBGE faz pesquisas sobre orçamento familiar e hábitos alimentares desde 1974/75 (repetiu as pesquisas em 1987, 1995, 2002).

expectativas estéticas da qualidade do alimento expostos nos supermercados, desperdício no preparo dos alimentos).[8]

Além disso, a representação simbólica e cultural (mesmo a comunhão de mesa e o compartilhar marcante nas religiões) a respeito do que é melhor para a saúde humana tem sido substituída pelas propagandas dos alimentos industrializados, que estimulam o consumo voltado exclusivamente pelo prazer de se comer. Muitas propagandas de refrigerantes, bolachas recheadas, batas fritas e outras guloseimas são feitas por crianças, estimulando o público infantil a consumir estes alimentos ricos em gorduras, açúcar e conservantes. "No Brasil, segundo o levantamento, 95% das propagandas para crianças são de alimentos não saudáveis".[9]

Tensionamento entre segurança e soberania alimentar

Diante destes modernos processos econômicos, sociais e culturais que intensificam as desigualdades e que as justificam paradoxalmente com um suposto combate à fome e à pobreza, entendemos ser necessário haver um tensionamento entre segurança e soberania alimentar. Em nome da segurança alimentar a tecnologia da agricultura baseada na monocultura, no uso de maquinários pesados, irrigação, fertilizantes e agrotóxicos foi introduzida nos países subdesenvolvidos. Nesta mesma direção, a noção de segurança alimentar aliada à ideia de livre comércio de alimentos causou sérias consequências para os países subdesenvolvidos. Até o início da década de 1990 países como Quênia, Ruanda Zimbábue eram autossuficientes na produção de alimentos. A entrada descontrolada de cereais excedentes da produção norte-americana e europeia nestes países, incentivadas pelo livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), causou a baixa dos preços no mercado interno e a falência generalizada dos agricultores. Nos anos seguintes, 1991-92, houve um desencadeamento de fome nas suas populações. A economia interna retraiu e os países não tiveram condições de pagar a dívida externa. A situação se transformou em uma "bola de neve" com o aumento da dívida externa, diminuição na produção e comércio de alimentos, e, consequentemente, fome generalizada. Outra conclusão que podemos chegar, por mais contraditória que seja, é que quanto mais se produz alimentos mais há fome, pois o excedente é usado pela especulação do "livre-mercado" para desestabilizar a produção e o comércio de alimentos nos países em desenvolvimento.[10]

Este exemplo, e inúmeros outros, demonstram que é preciso privilegiar segurança alimentar dentro de um plano de ações e políticas orientadas pela noção de soberania alimentar. Neste sentido, a valorização da soberania alimentar por meio de políticas destinadas à agricultura familiar pode dar melhores garantias da segurança alimentar. A noção de autogestão dos recursos naturais pelas comunidades camponesas fundamentado nas normas culturais e nos saberes tradicionais destas comunidades contribui com a sustentação da soberania alimentar e da garantia da segurança alimentar. Os princípios de autogestão dos recursos naturais e soberania alimentar podem ser compreendidos e desenvolvidos na perspectiva da agricultura familiar a partir das experiências dos agricultores e de bem-sucedidas políticas públicas destinadas à agricultura familiar. A ideia que precisa ser perseguida é a de conjugação de esforços dos movimentos sociais e agroecológicos com o fortalecimento e ampliação das políticas para a agricultura camponesa ou familiar.[11]

8 BLEIL, Susana Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. *Cadernos de Debate*, Campinas, v. VI, p. 1-25, 1998.

9 "Estudo mundial publicado no periódico American Journal of Public Health, realizado em 11 países avaliou 12.618 propagandas de televisão. Do total, 67% eram de produtos com muita gordura, muito sal ou açúcar. No Brasil, segundo o levantamento, 95% das propagandas para crianças são de alimentos não saudáveis". Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/multimidia/podcasts/829172-propaganda-de-tv-influencia-habitos-alimentares-das-criancas-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2010.

10 CHOSSUDOVSKY, Michel. *A fome global*. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=35469>. Acesso em: 10 nov. 2010.

11 LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura*: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 112s.

A partir do conhecimento das culturas indígenas nos damos conta que segurança alimentar não se limita apenas a um direito do ser humano em ter condições de nutrir seu corpo adequadamente. É preciso também garantir segurança alimentar aos animais para que possam, além de fornecer ao ser humano fontes de alimentação, contribuir com o equilíbrio das forças da natureza. Esse equilíbrio ou harmonia também está relacionado com a preservação da diversidade da flora. Ou seja, segurança alimentar e soberania alimentar dependem diretamente do respeito e preservação da natureza em sua diversidade como sujeito de direitos. Há, portanto, um entrelaçamento e uma interdependência dos direitos humanos (à alimentação, por exemplo) com os direitos da natureza, em seus ecossistemas como organismos complexos e dotados de subjetividade, na manutenção da vida em suas diferentes formas.[12]

Por outro lado, correlacionando esta discussão com o que dissemos acima sobre a padronização alimentar e a relação entre consumo homogêneo nas cidades e produção da monocultura agrícola no campo, entendemos que é essencial haver também uma discussão sobre educação alimentar. A desconexão entre os problemas e desigualdades no campo e na cidade contribui para a permanência do modelo desumano e desagregador da sociedade moderna. É preciso estabelecer conexões e aproximações entre as lutas por direitos dos movimentos sociais e ambientais do campo e da cidade, já que não há como estabelecer uma separação da urbe como lugar desenvolvido e do campo como atrasado e ultrapassado, ou qualquer outra forma distinção deste nível.[13] Mais do que ter o que comer é preciso melhorar a qualidade do alimento e também melhorar a maneira como as pessoas se alimentam. Isso sem deixar de lado a preocupação com o combate à fome.

A agricultura familiar como alternativa para a produção de alimentos

A descrição dos aspectos históricos, econômicos e sociais da agricultura apresentados acima serve como forma de contextualização histórica e social da implantação de uma forma de agricultura na realidade brasileira, a agricultura da Revolução Verde. Esta, por sua vez, tornou-se o alicerce principal da produção de alimentos no Brasil. Como procuramos demonstrar, esse tipo de agricultura, hegemônica, privilegia os grandes produtores e os latifúndios. Como segue as regras do livre mercado, e especialmente do agronegócio, o pequeno produtor sozinho não tem condições de competir com igualdade de condições no que se refere à produção e ao comércio de alimentos. Precisa, portanto, encontrar outras maneiras de sobreviver no campo, dedicando-se principalmente ao trabalho assalariado. No entanto, o mais frequente é o abandono do campo e a busca por trabalhos com garantias salariais nas grandes cidades. O conhecimento e a cultura rural vão se perdendo no caminho.

O termo agricultura familiar é somente um dentre várias formas de nomeação dos proprietários de pequenos espaços de terra. Há ainda outros termos para se designar a produção de alimentos em pequenas propriedades, como o próprio nome de pequeno proprietário, pequeno agricultor, camponês. Em função desta multiplicidade de termos se percebe a dificuldade de conceituar a produção de alimentos em menor escala ou para subsistência.[14] Com isso se percebe que a opção adotada no Brasil, principalmente pelo Programa Nacional de Fortalecimento da

[12] LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental:* a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 34s.

[13] Desde Marx se percebe a relação interdependente entre campo e cidade: "Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais". MARX, Karl. *O Capital*: Livro Primeiro, o processo de produção do capital (tomo 2). São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 132.

[14] CARMO, Maristela S. do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1-15, 1998. p. 3. Disponível em: <http://dgta.fca.unesp.br/docentes/elias/ dea-pgea/LOCUSIEA.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2010.

Agricultura Familiar (PRONAF), para delimitar este público foi o uso "operacional" do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. A agricultura familiar não é fruto da diversidade, mas ela própria representa e contém diversidade.[15] A seguir se apresenta algumas características da agricultura familiar.

A produção e o fornecimento de alimentos pela agricultura familiar

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a agricultura familiar responde por 70% dos alimentos produzidos no Brasil. Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (15% das áreas usadas para a agropecuária), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. Alguns dados do último censo da agropecuária brasileira apresentam a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produziam 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54,0% do feijão de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta ou conilon e 34,0% do arábica), 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos e 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.[16]

Respeito e preservação da tradição e dos conhecimentos populares

O questionamento do modelo de racionalidade fundamentado no antropocentrismo que entende o ser humano como possuidor da natureza e, portanto, pode usá-la a seu bel-prazer, tem sido um aspecto importante de luta e reflexão dos movimentos ecológicos e acadêmicos. A superação deste paradigma de desenvolvimento e de conhecimentos baseados na exploração dos recursos naturais é essencial para a vida humana, principalmente para as vidas dos mais pobres, e obviamente para a manutenção da diversidade e multiplicidade da vida terrestre. As mudanças climáticas, das forças da natureza de maneira geral, alertam-nos que a humanidade não está no caminho certo. Por isso, a recuperação e a valorização dos conhecimentos e experiências das comunidades tradicionais e suas formas de convivência e aproveitamentos dos recursos naturais são essenciais para superarmos este paradigma de racionalidade. O respeito à diversidade biológica e à heterogeneidade étnica e cultural da humanidade devem se conjugar, neste modelo, em uma proposta de gestão cultural do ambiente.

> Entrelaçam-se, aqui, os direitos das comunidades indígenas, camponesas e urbanas tentando conservar suas tradições para conseguir um etnodesenvolvimento autogestionário, ou seja, o direito a forjar seu próprio destino a partir de seus valores e de sua significação do mundo, mediante o manejo sustentável de suas necessidades materiais e simbólicas.[17]

Agricultura de subsistência

O processo histórico de dominação colonial e da exploração capitalista não dizimou por completo as culturas indígenas e africanas, como muitos acreditam. Muitos aspectos das culturas indígenas permaneceram ao serem incorporadas à cultura brasileira. O sociólogo Darcy Ribeiro aponta para isso quando fala da construção cultural do caipira e da sua agricultura de subsistência. Em boa medida a cultura paulista e caipira da época dos bandeirantes

[15] WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar*: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 21-56, à p. 23.

[16] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro, 2007, p. 20. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/ censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2010.

[17] LEFF, 2009, p. 296.

incorporou, por exemplo, alimentos da culinária indígena, como a mandioca, milho, feijão, tubérculos e condimentos como urucum e pimentas, além de técnicas como coivara, a caça e a coleta de frutos silvestres, sem falar no vasilhame próprio da culinária caipira (cumbucas, peneiras, redes para dormir etc.).[18]

Essa mesma cultura de diversificação alimentar através da produção consorciada de alimentos e utilização dos alimentos oferecidos pela natureza permanece em muitas comunidades rurais do interior do país. A adaptação dessa cultura à tradição dos imigrantes europeus deu grandes possibilidades à agricultura familiar de produzir para o consumo doméstico e comercializar o excedente. Este modelo foi e é importante para a manutenção das famílias no campo.

A conservação e até mesmo a recuperação de áreas de cultivo pela prática de técnicas agroecológicas podem ser boas saídas para o modelo explorador e destruidor dos recursos naturais. A produção em agroecossistemas pode ser caracterizada como a busca pelo equilíbrio entre plantas, solo, nutrientes, luz solar, umidade e outros elementos presentes na natureza. Portanto, a agroecologia engloba orientações de como buscar essa prática agrícola, sem provocar danos desnecessários ou irreparáveis ao ecossistema. Dessa forma, as lutas contra pragas, doenças ou problemas no solo são superadas ao se restaurar a força e a resiliência dos agrossistemas.[19] Nesta direção nem todos os cultivos de plantas ou criação de animais cabem em todas as regiões. É preciso fazer um estudo aprofundado do ecossistema regional, do ambiente fisiológico e do ambiente social para se introduzir uma nova planta ou animal. Aliás, a ideia é introduzir o menos possível seres exógenos e resgatar mais os elementos típicos das regiões.[20] O objetivo, dessa forma, é trabalhar em sistemas agrícolas complexos "onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas".[21]

Agroindústrias de processamento de alimentos e de (agro) bicombustíveis

Atualmente é permitida a fabricação e a utilização dos bicombustíveis nos automóveis da propriedade do agricultor, desde que não haja comercialização. A produção de (agro) bicombustíveis não atrelada às grandes demandas das empresas de combustíveis e energia podem significar uma capacidade maior de autonomia para os agricultores familiares. Além disso, a agroindústria de processamento de alimentos é uma possibilidade lucrativa e eficiente de se agregar valor à produção de alimentos da agricultura familiar. Por um lado, aumenta as possibilidades de renda do agricultor e, por outro, oferece produtos com melhores qualidades nutricionais ao consumidor. A implementação deste círculo virtuoso contribui decisivamente para a segurança alimentar *adequada*, do ponto de vista nutricional, além de garantir o consumo de alimentos sem agrotóxicos e conservantes.

Comércio local de alimentos (economia solidária)

Uma das grandes dificuldades da Economia Solidária é a de colocar os produtos da agricultura familiar de base agroecológica no mercado consumidor. Há a necessidade da criação de redes de consumo sustentável de alimentos na cidade para a disseminação abrangente do consumo por meio da conscientização crítica do consumo na sociedade moderna. Consumir, comer é um ato político, do ponto de vista de fortalecimento de setores da sociedade e desenvolvimento de determinados grupos. É importante compreender a lógica da sociedade de consumo: consumo e sustentabilidade e soberania alimentar. Neste

18 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 364s.

19 ASSIS, Renato Linhares de. *Agroecologia no Brasil*: análise do processo de difusão e perspectivas. 2002. 169 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de economia, UNICAMP, Campinas, 2002. p. 12.

20 IAMAMOTO, André Toshio Villela. *Agroecologia e desenvolvimento rural*. 2005. 79 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005. p. 33ss.

21 ALTIERI, Miguel. *Agroecologia:* a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 23.

sentido, com o consumo da cadeia industrial está se importando, além de alimentos, ações culturais, em detrimento da produção cultural das comunidades regionais.

Fortalecer o comércio local de alimentos da agricultura familiar dá a possibilidade de se levar alimentação saudável às famílias de baixa renda. É sabido que alimentos orgânicos, por exemplo, estão acessíveis às pessoas de maior poder aquisitivo devido aos altos preços nas lojas especializadas. A democratização da alimentação orgânica e ecológica na cidade contribuirá para o fortalecimento da agricultura familiar e para a segurança alimentar no campo e na cidade. Em boa medida, existem já várias experiências de cooperativas de consumo nas grandes cidades. Elas são bons exemplos dessa parceria campo-cidade e produção-comercialização e consumo de alimentos saudáveis e ecologicamente sustentáveis.[22]

Reflexões teológicas

A partir da apresentação destas reflexões e experiências práticas de agricultura familiar, pretendemos fazer algumas ponderações em perspectiva teológica; entendendo que o direito ao alimento seguro e adequado é uma prerrogativa importante na mensagem bíblica, especialmente nos ensinamento e na vida de Jesus. A reflexão sobre alimentação bem como da produção de alimentos revelam as formas destrutivas que o ser humano tem produzido para satisfazer suas necessidades de sobrevivência. Tem-se acusado a tradição e a teologia cristã de justificar ideologicamente essa postura humana antropocêntrica em relação à natureza. O paradigma de dominação da natureza seria justificado pela tradição bíblica.

Paradigma da dominação da natureza (racionalidade moderna)

De certa forma, as interpretações que a teologia e a fé cristã deram aos relatos da criação contribuíram para que se produzisse a ideia de que o ser humano é a "coroa da criação", por isso dono do mundo. Leonardo Boff afirma que aliado a essa interpretação do texto bíblico a ideia do monoteísmo judeu-cristão contribuiu para o antropocentrismo na visão cosmológica moderna. A partir dessas considerações se argumenta que "assim como há um só Deus no céu deve haver um só senhor na terra, um só chefe religioso, uma só cabeça ordenadora na família".[23] O ser humano se entende como dono da terra, pode fazer dela o que bem quiser. O ser humano cristão se sente *eleito* por Deus para dominar a natureza. Talvez, a maior expressão desse pensamento esteja contida na frase de René Descartes, que atribui ao ser humano a função de *maître e possesseur de la nature* (mestre e possuidor da natureza).[24]

Embora essas considerações tenham partido de visões de fora da tradição cristã, como se vê nas considerações de Leonardo Boff, elas foram incorporadas à interpretação bíblica como responsabilização cristã pela compreensão de superioridade humana à natureza. Evidentemente que entramos numa discussão bem mais ampla e complexa do que essas questões inicialmente apresentadas. Contudo, é um exagero atribuir ao monoteísmo e ao antropocentrismo cristão a responsabilidade única pela compreensão de antropocentrismo e consequentemente pela destruição ambiental. Certo é que estas compreensões teológicas, principalmente a do antropocentrismo, uniram-se ao paradigma moderno de ser humano que conhece a natureza a dominando e a explorando, das ciências naturais por exemplo.

A interpretação bíblica tem respondido a essas questões de diversas formas. Uma é que esta visão antropocêntrica revela uma distorção da interpretação dos textos bíblicos, isto é, não há um correto entendimento da cosmovisão da tradição bíblica e da compreensão cultural e religiosa que o povo de Israel dava à sua relação com o meio ambiente. Um segundo aspecto assegura que o surgimento da ciência como tal remete a períodos anteriores ao cristianismo e sem necessária ligação

22 SITE DA COOPERATIVA GIRASSOL. Quem somos. Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://www.coopgirasol.com.br/?id=quemsomos>. Acesso em: 10 dez. 2010.

23 BOFF, Leonardo. *Dignitas Terrae – Ecologia*: grito da terra, gritos dos pobres. São Paulo: Ática, 1995. p. 125.

24 BRAKEMEIER, Gottfried. *Ciência ou religião*: quem vai conduzir a história? São Leopoldo: Sinodal, 2006. p. 57.

com a tradição judaica e sim com várias outras culturas e civilizações, a grega principalmente. E o argumento mais importante é que a destruição ambiental não foi e nem é prerrogativa central das culturas cristãs. Antes, o abuso dos recursos ambientais não conhece etnia, credo ou gênero – é uma característica humana – diríamos ainda, com mais ênfase a cultura dominante ocidental moderna. Poder-se-ia dizer que usar a tradição cristã para a justificação ideológica da exploração dos recursos naturais é uma interpretação exagerada das suas formulações teológicas.[25]

Interpretação ecológica da Bíblia

Discorda-se, em certa medida, de hermeneutas bíblicos que afirmam que não encontramos na Bíblia preocupação com a ecologia. Não havia preocupação com a destruição da natureza, mas o povo de Israel se relacionava com a natureza. Só que a maneira como lemos a Bíblia não nos permite entender como era esta relação com a natureza. A luta por comida e por sobrevivência certamente foi algo marcante. O argumento tradicional de que não podemos usar nossos conceitos hodiernos para interpretar crenças de Israel a respeito de suas relações com a natureza nem sempre é correto. É certo que os israelitas mantinham relações com a natureza. E, apesar de viverem em um ambiente diferente do das Américas, por exemplo, experimentavam o ambiente como nós hoje. Não é possível experimentar o calor do fogo, a luz do sol, as chuvas, e tantos outros fenômenos naturais diferentemente em cada época da história. A significação que os/as israelitas davam a essas experiências certamente é distinta, não elaboraram "leis naturais", mas sem dúvida compartilhavam "de nosso entendimento de mundo natural como algo material e não humano. O fato de usarem mais expressões concretas que um conceito abstrato para comunicar esse reconhecimento não nega isso".[26]

A superação deste modelo tradicional de interpretação bíblica compreende novas aproximações aos textos bíblicos. É importante formular novas perguntas ao texto bíblico para que se obtenham novos sentidos. A pergunta pela relação com a natureza conjugada com a rica tradição da Teologia da Libertação, por exemplo, a respeito da relação libertadora de Deus para com seu povo, podem ajudar-nos na apropriação de sentidos novos que nos ajudem a entender e a enfrentar a atual crise ecológica. Em boa medida, estas releituras das tradições e interpretações bíblicas estão sendo elaboradas pela teologia. Podemos citar alguns autores como Leonardo Boff e Jürgen Moltmann, além do movimento ecofeminista, por exemplo.[27]

Elementos para uma Ecoteologia

a) *a criação para o descanso*. A criação do ser humano não é o clímax dos textos e sim a vontade soberana de Deus em criar todas as coisas e o *shabbat* da Criação e de Deus (Gn 2.1-3). Em seis dias Deus criou todas as coisas e no sétimo, descansou. Isto significa que o trabalho faz parte da criação, mas na criação dos humanos o trabalho não tem culminância nem sentido exclusivo no relato de Gn 1. Ressalta que se retoma tradições antigas de Israel que prescreviam um dia de descanso após seis dias de trabalho. Assim, surge a observância do sábado como dia de descanso como um fator determinante e distintivo da cultura e fé israelita no exílio babilônico e por toda a tradição posterior.[28]

b) *Ser humano cocriador além de cuidador*. Gn 1 evidencia que todo ser humano é criado à imagem de Deus. Esta narrativa se contrapõe à compreensão antropológica babilônica de que somente os governantes eram semelhantes aos deuses. A afirmação de Gn 1.26, de que o ser humano é feito à imagem e semelhança de Deus, se constitui como princípio teológico central para a tradição vétero-testamentária, pois comprova a capacidade do primeiro ser humano de transmitir a vida. No entender de José Severino Croatto, a afirmação do ser humano semelhante a Deus se coaduna com a referência feita por Gn 5.1b e 3:

25 SIMKINS, Ronald A. *Criador e criação*: a natureza na mundividência do Antigo Israel. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 15ss.

26 SIMKINS, 2004, p. 23.

27 SIMKINS, 2005, p. 69.

28 REIMER, Haroldo. *Toda a criação*: Bíblia e ecologia. São Leopoldo: Oikos, 2006. p. 34.

Adão gerou um filho à sua semelhança, conforme a sua imagem, e lhe chamou Sete.[29]

c) *Comunidade da criação.* A partir do estudo dos relatos da criação depreende-se também que há uma sequência nos conteúdos da estrutura do texto que apontam para diversos elementos integrantes da criação como elos de uma comunidade da criação. Isso está apresentado pela formula estereotipada: "e viu Deus que era bom", que se repetem várias vezes, sempre quando Javé termina a criação de algo (v. 12, 18, 21, 25). Seres criados antes do ser humano recebem a mesma valorização e estão interligadas intertextualmente pela fórmula, o que nos levaria a pensar numa comunidade da criação.[30]

Em decorrência desta interpretação, Haroldo Reimer ainda ressalta que os humanos são seres da terra integrados na lógica da comunidade da criação em ambos os textos da criação de Gênesis. "Junto com os vegetais (criados no terceiro dia – Gn 1.11) e os animais viventes (criados no sexto dia – Gn 1.26), os humanos são seres da terra ou do solo (saídos da terra)".[31] O termo *'adam*, ser humano, está ligado semanticamente com *'adamah*, que significa terra ou solo. Essa crença de que os humanos vieram da terra culmina na formulação da criação dos seres humanos a partir do pó da terra de Gn 2.7. E à luz da intratextualidade bíblica, o termo ser humano criado a partir da terra está ligado a muitos outros textos histórico-salvíficos de linguagem criacional como o Deutero-Isaías. Inclusive, é uma antecipação da imagem de Gn 3.19: "*no suor do teu rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás*".

De maneira geral, a noção central é que o ser humano foi criado pelas mãos de Deus, o oleiro. Ressalta ao mesmo tempo a fragilidade humana – feito da terra – a sua finitude, bem como a transmissão da imagem de Deus outorgado a todo ser humano (interligado a Gn 1.26s), em contraposição à ideologia régia egípcia e mesopotâmica. E, não menos importante, demonstra a ambivalência humana e sua função na terra e na criação: "cultivar o solo para transformá-lo e recriá-lo" […] além de "relacionar homem [ser humano] e cultura desde as origens".[32] Nesta direção, ressalta-se que a compreensão de ser humano como dominador precisa ser entendida pela realidade ecológica da população israelita organizada numa sociedade predominantemente agrária.[33]

d) *Mensagem central do Antigo Testamento é a libertação da escravidão.* Especificamente, o tema da segurança alimentar e/ou da fome pode ser compreendida pela mensagem libertadora da opressão das tradições vétero-testamentárias. Diante de um livro tão heterogêneo, de uma multiplicidade de tradições como o conjunto de livros do Antigo Testamento é praticamente impossível estabelecer uma mensagem central. Contudo, para a tradição judaica a libertação do povo de Israel da escravidão do Egito tem conotação especial e integradora da sua fé em torno de um evento histórico, de uma ação especial de Deus em favor de seu povo. Mais do que libertar o povo da escravidão, Deus conduziu seu povo pelo deserto até "*uma terra boa e ampla, terra que mana leite e mel"* (Ex 3.8).

Ao firmarem-se como sociedade no solo da palestina, as tribos que compunham o que viria a ser povo de Israel se firmaram como comunidade, em torno da libertação do Egito. A crença que todos são iguais perante Deus marcou a construção social e religiosa deste povo. A repartição das terras entre clãs e tribos demonstra que a organização social do início da sociedade israelita primava pela solidariedade (Dt 33.54). Embora a organização tribal tenha uma forte conotação comunitária de ajuda mútua e de solidariedade algumas contradições e desequilíbrios se fizeram presentes, como a escravidão por dívida, o estrangeiro

[29] CROATTO, José Severino. *El Hombre en el mundo*: creación e desígnio: estudio de Génesis 1.1-2:3. Buenos Aires: La Aurora, 1974. p. 172.

[30] REIMER, 2006, p. 34.

[31] REIMER, 2006, p. 34-35.

[32] CROATTO, José Severino. *El hombre en el mundo* (vol. II). crear y amar en libertad: estudio de Génesis 2:4 - 3:24. Buenos Aires: La Aurora, 1974-1986. p. 49.

[33] UEHLINGER, C. O clamor da Terra: perspectivas bíblicas para o tema "Ecologia e Violência". BOFF, Leonardo; ELIZONDO, Virgil. Ecologia e pobreza: grito da Terra, grito dos pobres. *Concilium*, Petrópolis, v. 261, p. 52-71, 1995, à p. 54ss.

(desgarrar-se da tribo) ou ainda a situação difícil das viúvas e órfãos. Algumas leis de proteção e de solidariedade buscavam diminuir estas contradições: a) Dt 15.1-6, no sétimo ano a remissão das dívidas das terras; b) lei a favor dos pobres e necessitados (Lv 25.35-38) e outras leis que Rute e Noemi falam: a de se deixar as sobras da colheita aos pobres (Rt 2); c) dízimos devem ser destinados ao órfão, viúva e forasteiro (Dt 12); d) leis que permitem entrar na vinha do vizinho para se alimentar, desde que não se carregue (Dt 23.24s). Esta lei é retomada por Jesus usando o exemplo de Davi (1Sm 21.1-6) para justificar os discípulos colherem espigas aos sábados (Lc 6.1-5). A vida está acima da lei dos seres humanos.

Os relatos da criação também dão conta dessa ideia de que todos somos iguais perante Deus, pois somos criados à sua imagem e semelhança (Gn 1.26) em contraposição às ideologias dos impérios dominadores, como a Babilônia, em que somente o rei era feito à imagem e semelhante aos deuses. A nova escravidão no exílio babilônio leva o povo de Israel a questionar a ideologia da monarquia, que havia substituído a sociedade tribal dos inícios da tomada da terra.[34] Essa contestação é apresentada no relato da Criação de Gn 1, onde que todos os seres humanos são iguais perante o Criador. Diante dessas reflexões não podemos assumir que somos dominadores da natureza, mas que somos cooperadores da criação e membros de uma comunidade da criação.

A mensagem de Jesus

Na vida e mensagem de Jesus Cristo também podemos encontrar muitas passagens que nos levam a um entendimento diferente da nossa relação com a natureza e com o próximo. Para tanto, se dialoga com outros temas teológicos como diaconia, comunhão, eucaristia…

a) *A comunhão de mesa (eucaristia) e a comensalidade.* Um dado relevante a esta temática no Novo Testamento é o de que os textos que tratam da comunhão de mesa estão espalhados pelos mais diferentes gêneros literários: nos ditos de Jesus, nas parábolas, nos discursos, nas narrativas de milagres e biográficas, na história da paixão, nas aparições do ressurreto. Considere-se também o fato de a Comunidade Primitiva ter assumido como seu distintivo o "partir do pão" (At 2.42), uma atividade que tinha a sua origem não apenas numa última ceia de Jesus, mas também na tradição das comunhões de mesa de Jesus.[35]

> Seguindo a herança encontrada na tradição veterotestamentária, em que muitos pactos são firmados em torno de uma refeição (veja, por exemplo, Labão e Jacó) e, posteriormente, a pureza alimentar cria identidade de grupos, no cristianismo as memórias de Jesus relacionadas ao alimento são abundantes e um dos principais sacramentos — a eucaristia — se organiza ao redor da mesa. A proposta é que não é apenas o sacramento eucarístico que confere identidade e estrutura o sistema religioso. As práticas alimentares cotidianas tiveram, no cristianismo primitivo, uma importância que influenciou a recepção da memória de Jesus e também a organização do movimento.[36]

"Embora muitos, somos um só corpo" (1Co 12.12s). A Palavra de Deus nos arranca da solidão para a comunhão. A eucaristia nos insere na comunhão, amarra-nos a Cristo e à comunidade. Ao chegarmos à presença de Deus nos aproximamos também dos outros. Assim, a graça de Deus que acolhe e aceita sempre nos alcança *na e pela comunhão. Na e pela comunhão* somos libertados para a autêntica vida em comunidade. O encontro de todos diante do altar é como uma confissão pública de que sabemos que não somos perfeitos. Nós nos confessamos pecadores e necessitados do perdão.

b) *Através do alimento, da alimentação, relacionamo-nos com Deus.* Para Jesus os alimentos são

34 CROATTO, 1974, p. 18ss.

35 BOFF, L. Comensalidade: refazer a humanidade. *Jornal A Notícia*, Joinville, 19 abr. 2008. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a1833698.xml&template=4187.dwt&edition=9698&section=882>. Acesso em: 10 dez. 2010.

36 GARCIA, Paulo Roberto. "Isto é o meu corpo": rituais de alimentação e interação social no cristianismo primitivo. *Revista Caminhando*, São Paulo, v. 12, n. 20, p. 19-28, jul./dez. 2007. p. 22. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CA/article/viewFile/1233/1247>. Acesso em: 10 jun. 2010.

concedidos por Deus. Agradece a Deus olhando para o alto, para cima. Com isso, lembra que as chuvas, sementes, sol, lua, água são criação de Deus. Com o alimento se mantém uma relação de nutrir a vida, o corpo humano de maneira integral. A comunhão de mesa com todas as pessoas, ricas ou pobres, doentes ou sãs, estrangeiros/as, crianças, mulheres e homens, praticada por Jesus, bem como os seus ensinamentos sobre o pedido a Deus pelo pão nosso de cada dia no Pai Nosso, as multiplicações de pães mostram que para Jesus o sustento do nosso corpo é mais do que uma preocupação material, mas também uma preocupação com a sustentação da vida. Jesus entendia a vida humana de maneira integral, no sentido de que o ser humano necessita alimentar seu corpo e também sua alma. O alimentar envolve a sustentação física e espiritual da pessoa, sem com isso apontar para um dualismo em que o corpo (matéria) é menos importante que o espírito.

Esta compreensão integral da pessoa e do alimentar fica visível na preocupação de Jesus com a fartura de alimentos para todas as pessoas, como por exemplo, na multiplicação dos pães, nas bodas da Canah, nos vários momentos que se senta à mesa para comer etc. A alimentação também serve para se alimentar a fé em Deus, pois Jesus ensina a importância de se orar pelo "*pão nosso de cada dia"* (Mt 6.11), e ainda declara que: "*Eu sou o pão da vida, o que vem a mim jamais terá fome; e o que crê em mim jamais terá sede*" (Jo 6.35). Jesus fala também do verdadeiro entendimento do significado do jejum, como algo pessoal e que deve representar verdadeiramente uma preocupação com os que não têm e não para a promoção pessoal (Mt 6.16-18). O ato de se alimentar tem uma grande importância nos ensinamentos e na vida de Jesus. É um momento de contato com o transcendente e de incentivo à solidariedade. Neste sentido, é tema central a Última Ceia de Jesus (Mt 26.26-30), que simboliza toda a sua vida (ensinamentos e pregação a respeito do Reino de Deus), crucificação, morte e ressurreição.[37] Também entende-se que a alimentação e também os hábitos alimentares formulam e influenciam valores éticos. Ou seja, por meio da alimentação ou da comensalidade, definiu-se valores éticos importantes para a tradição cristã como a solidariedade e a comunhão.[38]

c) *O sentar-se com todos e a preocupação com os mais necessitados*. Com uma intensidade muito maior do que normalmente podemos supor, Jesus realizou comunhões de mesa com pessoas pobres, doentes, deficientes, pecadoras, discriminadas, desorientadas. A modalidade alternativa de hospitalidade, apresentada por Jesus em vários textos dos evangelhos, inclui pessoas que estão nas periferias da aldeia ou fora dela, aquelas que não têm com que retribuir (Lucas 14.7-14: *os primeiros lugares*; Lucas 16.19-31: *O rico e Lázaro*; Marcos 6. 30-44: *A multiplicação dos pães*; Mateus 22.1-14: *A parábola das bodas*). Propõe a ruptura com o modelo que se fecha em torno da mesa dos iguais, a mesa particularizada pelos que tinham maior poder aquisitivo. Um lugar aberto para todas as pessoas é o que Jesus imagina para o banquete do reino dos céus. A pregação combinada às ações de Jesus, no que toca à comensalidade, são ensinamentos do reino dos céus como um lugar de solidariedade, que serve de modelo para os seus seguidores.

Neste sentido, para Milton Schwantes, a valorização da vida perpassa toda a mensagem de esperança de Jesus Cristo. Especialmente, no debate com os fariseus a respeito de se colher alimentos no sábado (Mc 2.23-28). A afirmação de Jesus no versículo 27 de que o sábado, e igualmente a lei, existe por causa do ser humano e não o contrário significa, "no concreto, que o direito ao pão é a fonte de todo direito e de toda a justiça. Onde este é negado, Deus é negado!".[39]

d) *Preocupar-se com que todas as pessoas tenham o que comer*. Em uma sociedade marcada pela desigualdade social, Jesus desafia a uma hospitalidade que traz em si o potencial de desconstruir a exclusão. Brilha atrás dessa argumentação de Jesus a ideia de um novo modelo econômico, construído sobre o princípio da distribuição da renda. Jesus ilumina as relações econômicas com outra lógica: a de uma mesa em que se distribua o pão existente entre todas as pessoas, em que se inclua sempre os que "não têm

37 GARCIA, 2007. p. 22.

38 BOFF, 2008, p. 1ss.

39 SCHWANTES, Milton. *Projetos de esperança*: meditações sobre Gênesis 1-11. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 14.

com que recompensar". Na compreensão de Jesus, a mesa não é um lugar de manutenção do *status quo,* mas de confecção de novas listas de convidados, listas inclusivas.

e) *O servir (diaconia) e a solidariedade.* Nas passagens de multiplicação de pães Jesus apresenta ensinamentos de solidariedade e de que todos têm direito de ter o que comer. Apenas uma elite usufruía dos benefícios do governo, grupo que se reunia em banquetes fechados, no palácio: "no seu aniversário natalício dera um banquete aos seus dignitários, aos oficiais militares e aos principais da Galileia" (Mc 6.21). Os banquetes de Herodes eram banquetes da morte, pois o povo da Palestina da época morria de fome em consequência da má distribuição das riquezas e da cobrança de altos impostos.

Herodes privatizou a mesa do pão. Em contraposição a Herodes, Jesus realizava banquetes da vida: o texto diz que "*todos comeram e se fartaram*". Entre as mensagens do texto, esta é certamente também uma mensagem para a política. Jesus era movido por um outro paradigma "político": aquele que permite que a mesa seja posta para todas as pessoas. Em uma sociedade onde todos/as podem comer e se fartar, a relação governados-governantes alcançou autêntica reconciliação.

g) *As mudanças começam na mesa.* No centro das preocupações de nossa fé sempre esteve também a alimentação. Assim, um dos importantes sacramentos da nossa vida comunitária é uma "Santa Refeição". Jesus em seu ministério se preocupou sempre em alimentar e ter profunda comunhão de mesa com as pessoas: multiplicou alimentos, reuniu pessoas, sentou-se à mesa com todos e tornou uma refeição o meio de perdão e de salvação. Além disso, ensinou-nos a orar pelo pão diário como dádiva cotidiana de um Deus que alimentou e alimenta seu povo. É preciso redescobrir as relações positivas e também os compromissos que há entre a alimentação e a nossa fé.

[Recebido em: maio 2012 e aceito em: novembro 2012]